

**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DE ALAGOAS**

**OSEAS BATISTA FIGUEIRA JÚNIOR**

**REFORMAR AS CIDADES, VIGIAR OS INDIVÍDUOS:  
O CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAL COMO INSTRUMENTO DE  
CONTROLE SOCIAL MACEIÓ (1835-1870)**

**Maceió  
2022**

**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DE ALAGOAS**

**REFORMAR AS CIDADES, VIGIAR OS INDIVÍDUOS:  
O CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAL COMO INSTRUMENTO DE  
CONTROLE SOCIAL MACEIÓ (1835-1870)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em História de Alagoas.

Orientador(a): Prof. Me Gerson Maciel Guimarães

**Maceió  
2022**



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**  
**Instituto Federal de Alagoas**  
*Campus Maceió*  
*Biblioteca Benevides Monte*

---

F475r Figueira Junior, Oseas Batista.

Reformar as cidades, vigiar os indivíduos: o código de posturas municipal como instrumento de controle social Maceió (1835-1870) / Oseas Batista Figueira Junior. - Maceió, 2022.  
21 f. : il.

Orientação: Prof. Me. Gerson Maciel Guimarães.

Trabalho de Conclusão de Curso- Artigo (Especialização em História de Alagoas) - Instituto Federal de Alagoas, Campus Maceió, Maceió, 2022.

Arquivo no formato digital em PDF do trabalho acadêmico.

1.Maceió – Século XIX. 2. Higienista. 3. História de Alagoas. I. Título.  
*CDD: 981.35*

---

**Nalva Maria Amaral**  
**Bibliotecária – CRB-4/989**

**OSEAS BATISTA FIGUEIRA JÚNIOR**

**REFORMAR AS CIDADES, VIGIAR OS INDIVÍDUOS:  
O CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAL COMO INSTRUMENTO DE  
CONTROLE SOCIAL MACEIÓ (1835-1870)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em História de Alagoas.


Orientador(a): Prof. Me Gerson Maciel Guimarães

**Aprovado(a) em: 07\_07 / 2022**


**Banca Examinadora:**

---


(Prof. Me Gerson Maciel Guimarães) (Orientador)

 Documento assinado digitalmente  
GERSON MACIEL GUIMARAES  
Data: 30/11/2022 15:40:46-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

(Prof. Dr. Geice Queila de Lima Silva) Examinador Interno)

 Documento assinado digitalmente  
GEICE QUEILA DE LIMA SILVA  
Data: 02/12/2022 12:45:09-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

(Prof. Esp. Jose Roberto Santos Lima) (Examinador Externo)

DocuSigned by:  
  
F81BB741A6EA46E...

## Introdução

No início do século XIX, o pensamento médico higienista ganha força no Brasil como aquele tipo de conhecimento que iria, através de algumas ações consideradas emergenciais, colocar esta sociedade no caminho da civilização.<sup>1</sup> Essas ações também livrariam o cotidiano oitocentista da presença das grandes epidemias de cólera, febre amarela e varíola, que tanto traziam pânico aos habitantes das cidades vilas e povoações.<sup>2</sup> Uma nova prática médica filha desse tempo, onde em vez de anular a morte como em outros séculos, procurava exterminar as epidemias calculando seu perfil, sua origem e introduzindo uma possível cura <sup>3</sup>.

Neste contexto, elevou-se a figura dos doutores, que deixaram de depender da remuneração individual, para viver do seu trabalho como cientista e financiado pela nação e formado nas universidades, intervia na realidade e a transformava<sup>4</sup>. Assim, para alcançar tal *status*, esses higienistas formados tanto na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, como na Faculdade de Medicina da Bahia, passaram a observadores do espaço urbano, imprimindo-lhe as marcas do seu poder<sup>5</sup>.

Além das Academias Reais de Medicina, a influência do pensamento higienista foi sentido também através da criação de um importante órgão, a Junta Central de Higiene Pública no Rio de Janeiro em 1850. Esta instituição, a partir dos seus respectivos doutores, passou a desempenhar um importante papel, sendo quase sempre consultada quando o assunto era higiene urbana <sup>6</sup>. Suas ações infiltraram-se no senso comum das camadas

---

<sup>1</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.p.250.

<sup>2</sup> Idem.p.251.

<sup>3</sup> Ibidem.p.252.

<sup>4</sup> *Opcit*.p.251.

<sup>5</sup>COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.p.57.

<sup>6</sup> *Ibidem*. p.15.

sociais dominantes, médias e subalternas, constituindo uma influente opinião pública favorável a todo tipo de melhoramento que transformasse o insalubre em moderno<sup>7</sup>.

E é centrado nessas problemáticas de mudanças nos costumes da população pobre do século XIX, que este artigo intitulado: *Reformar as cidades, vigiar os indivíduos: o código de posturas municipal como instrumento de controle social sobre os indivíduos Maceió (1835-1870)*, tem como objetivo investigar as modificações cotidianas impostas pela crença higienista em Maceió, identificando a disciplina sobre o espaço e grupos sociais específicos como; mulheres, escravos ganhadores, prostitutas, loucos e mendigos. Desta forma, a partir de um diálogo interdisciplinar entre História, Direito Criminal e a Medicina Social, será possível analisar como esse pensamento construiu um discurso de que, os habitantes das cidades brasileiras, além de estarem em um ambiente insalubre, constituíam um grupo social formado à margem da sociedade civil.

Entendido nosso contexto social, destacamos que para traçar nosso objetivo necessitamos da apropriação de alguns conceitos, sendo esse nosso tratado teórico metodológico. Assim, para conseguir os objetivos aqui elencados, utilizaremos o conceito de medicina social trabalhado por Michel Foucault<sup>8</sup>, que foi aplicado no Brasil neste período. Tal procedimento procurou organizar as cidades adequando às populações com princípios diretos de higienização, como a descontaminação do ar e da água, uma melhor destinação de dejetos, alargamento de ruas, e a construção de cemitérios públicos, medidas sociais que para os médicos envolvidos nesta crença, iria livrar esta sociedade das epidemias e do estado “bárbaro” em que em que viviam seus habitantes.

Deste modo, para entender o discurso higienista acerca dos indivíduos, recorreremos as problemáticas discutidas por Guimarães Passos<sup>9</sup> pertinentes a expressão “classes perigosas” demonstrando a origem do conceito e como ele se aplica em nossa abordagem, a partir das fontes historiográficas utilizadas aqui.

Nisto, outro pressuposto teórico importante que norteará nosso trabalho é o de espaço, sendo um elemento não neutro, e vinculado a uma prática social que possui uma

---

<sup>7</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990.p.120.

<sup>8</sup> Conceito trabalhado por Michel Foucault no qual segundo esse pensador, de maneira geral, pode-se dizer que, diferentemente da medicina urbana francesa e da medicina de Estado da Alemanha do século XVIII, aparece, no século XIX e, sobretudo na Inglaterra, uma medicina que é essencialmente um controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torna-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas (FOUCAULT, 2002.p.57.).

<sup>9</sup> GUIMARÃES, A. **As classes perigosas**: banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2008.

intencionalidade. Todas as ações e objetos construídos possuem uma finalidade, onde espaço urbano não seria nem ponto de partida nem ponto de chegada, mas um meio para a realização das ações, ainda que estas se representem sob a forma de injustiças sociais, como destaca Levebvre,

o espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial. É um modo nas mãos de “alguém”, individual ou coletivo. Isto é de um poder (por exemplo, um Estado), de uma classe dominante (a burguesia) ou de um grupo que tanto pode representar a sociedade global, quanto ter seus próprios objetivos.<sup>10</sup>

Na análise das iconografias presentes nesta pesquisa, adotaremos o método explicado por Carlo Ginzburg na utilização dos testemunhos figurativos (pinturas) como fontes históricas.<sup>11</sup> Tratando-se especificamente da análise iconológica e iconologia crítica, que procura uma classificação dos conteúdos representativos das imagens. Assim, as imagens serão interpretadas não como campo de um saber fechado, mas um movimento que requer todas as dimensões antropológicas do ser e do tempo. Desta forma, está prática tem uma relação direta com a história da arte, visto que em nosso estudo, utilizaremos os trabalhos de Georges Didi-Huberman.<sup>12</sup>

Por fim, destacamos que além do objetivo científico aqui traçado, esta pesquisa trata-se de uma tentativa de diálogo entre a historiografia, que é o produto final do ofício do historiador, ou conjunto de obras históricas produzidas em um determinado contexto, com o Direito, como prática analítica da sociedade, ou estudo da compreensão das normas postas pelo Estado ou pela natureza do Homem, em nosso caso, o Estado Imperial Brasileiro e as leis aplicadas nesse período.

## **Maceió de engenho a cidade**

Maceió, segundo informações do historiador Craveiro Costa<sup>13</sup>, surgiu a partir de um engenho de açúcar situado às margens do riacho Maçayo<sup>14</sup>, durante o século XVIII. Foi estabelecido neste local em virtude da proximidade do porto marítimo de Jaraguá,

<sup>10</sup>LEVEBvre, Henri. **Espaço e política**. Trad. Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.p.44.

<sup>11</sup> Tal método é referenciado na obra: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

<sup>12</sup> DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. Prefácio de Stéphane Huchet; tradução de Paulo Neves. São Paulo: 34, 1998.

<sup>13</sup> COSTA, Craveiro. **Maceió**. Maceió: Edições Catavento, 2011.p.20

<sup>14</sup> *Maçayo* ou *Maçaió-k* é uma denominação tupi e significa “o que tapa o alagadiço”.

para facilitar a exportação, principalmente para os portos de Recife e Salvador.<sup>15</sup> Elevada à categoria de vila, em 1815, Maceió viveu um surto de crescimento ao longo do século XIX. Assim, a realização urbana de Maceió se deu pela acumulação de capital pelo comércio marítimo, sobretudo, pela transferência da renda rural fundiária para as mãos hábeis da burguesia mercantil.<sup>16</sup>

Outro momento importante na formação social de Maceió acontece em 1818, quando o governador da recém-elevada Capitania das Alagoas Francisco Melo e Povoas, fixava-se na localidade, criando onde havia apenas pequenas ruas e habitações; repartições fiscais, uma Casa de Arrecadação Inspetoria e Alfândega; além do porto de Jaraguá, para dinamizar as atividades comerciais já existentes<sup>17</sup>.

Todas essas ações foram somadas a um projeto essencial de povoamento, realizada pelo engenheiro José da Silva Pinto e encomendada por Povoas em meados de 1820. Uma planta cartográfica, projeto inovador com divisões e subdivisões de espaço urbano, alinhamento das zonas litorâneas e organização das ruas, identificando os defeitos de povoamento para que Maceió crescesse bem ordenada, acrescentado neste projeto à criação do bairro de Jaraguá. O original dela se perdeu e conhecemos apenas a reprodução feita em março de 1841 por Carlos de Mornay engenheiro das obras públicas da província de Alagoas. Neste plano arquitetônico foi mencionada a seguinte divisão:

A Rua do Comércio; com o mesmo traçado da atual via pública principal da vila, tortuosa e longa, conservando as curvas do caminho aberto para os carros de bois que vinha do interior para o povoado. Rua da Ladeira a Cambona do Machado; no vértice ao lado da Rua do Comércio. Rua da Ladeira; atual Barão de Anadia, compreendendo toda a área onde hoje está o palácio do governo até depois da república. Rua da Boa Vista paralela ao comércio, Rua do Rosário, Rua do Livramento, inclinado no comércio, Rua da Igreja, Rua do Alecrim, Rua do Ferreiro atual Melo Moraes, Estrada do Trapiche da Barra, que pela lagoa interligava a vila a velha Alagoas, e Rua do Cotinguiba, com meia dúzias de casas. Somando ainda as áreas denominadas suburbanas na região Norte como; Bebedouro, Frechal, Carrapato, Goiabeiras, Bom Jardim, Fernão Velho e Pedreiras; sendo a maioria residência de lavradores, e o Bairro do Jaraguá que começava a surgir como vila de pescadores<sup>18</sup>.

Mas mesmo com esse projeto moderno, os caminhos que levaram ao povoamento de Maceió no decorrer do século XIX fugiram a disciplina urbana. Seu traçado exigia por fins comerciais de subsistência, entradas e desbravamento de áreas fora dos limites desse projeto urbanístico. Assim, era necessária a penetração de trilhas e

<sup>15</sup> MARQUES, D. L. **Escravidão, Quotidiano e Gênero na Emergente Capital Alagoana (1849-1888)**. Sankofa. São Paulo 2013.p.4.

<sup>16</sup> LINDOSO, Dirceu. **A Interpretação da Província: Estudo da Cultura Alagoana**. Maceió: EDUFAL, 2005.p.82.

<sup>17</sup> COSTA, Craveiro. **História das Alagoas** (resumo didático). 2 ed. Maceió: SERGASA, 1983.p.90.

<sup>18</sup> COSTA, Craveiro. **Maceió**. Maceió: DAC, 1981. pp. 29-30.

pequenos caminhos, onde pesados carros de bois, se arrastavam ao trote dos cavalheiros<sup>19</sup>. Esse alargamento levou a criação de moradias e o crescimento urbano longe de seus limites. Neste sentido, longe de atender um projeto urbanístico começaram a surgir outros núcleos de povoamento, regiões mais afastadas denominadas “sítios pitorescos” que ficavam ao Norte<sup>20</sup>.

No decorrer do século XIX, esse povoamento cresce ainda mais, fato que levou Maceió a obter vantagens em relação à antiga capital cidade das Alagoas<sup>21</sup>. Esses fatores juntamente com a vontade política, levaram em resolução apresentada a Assembleia Legislativa no ano de 1839, o presidente da província de Alagoas Agostinho Neves declarar em 9 de dezembro, a transferência da capital da Província para Maceió,<sup>22</sup> que passou a ser sede do Governo<sup>23</sup>.

Como destacou o viajante norte-americano Daniel Parish Kidder “a velha capital já não tinha importância comercial nem a proporção populacional suficiente para ser sede da província, algo que não chegava a mil habitantes”<sup>24</sup>. Com a transferência, a agora, cidade de Maceió, passou por profundas mudanças, afirmando-se como mais importante da província, representando de uma só vez, a sede administrativa e o principal núcleo comercial<sup>25</sup>. Em seu território, contava-se 497 engenhos de produção do açúcar, uma malha ferroviária, um porto de primeira classe em Jaraguá, uma Alfândega e o armazém de depósito de madeiras para a marinha<sup>26</sup>. Somado a isso, os negócios foram impulsionados com o advento das ferrovias e neste momento a cidade teve seus serviços públicos melhorados, onde homens de negócios passaram a viajar com mais frequência aos pontos vizinhos e à gente do interior passou a frequentá-la<sup>27</sup>. Criava-se assim, um

---

<sup>19</sup> *Ibidem*. p. 33.

<sup>20</sup> COSTA, *op.cit.*34.

<sup>21</sup> CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação Histórica de Alagoas**. Maceió, EDUFAL, 2016.p. 189.

<sup>22</sup> Após esse ato, a população da cidade das Alagoas (antiga capital) solicitou ao juiz Tavares Bastos que realizasse um despacho para suspender a transferência, dando início a um levante liderado pelo mesmo. Continuando a sedição, o Major Manoel Mendes da Fonseca chefe da Guarda do palácio chegou a prender o governador Agostinho da Silva Neves no palácio governamental, que foi cercado pelo povo. Após isso, a Câmara de Vereadores e os revoltosos alagoanos nomearam Tavares Bastos para o Governo. A contrapartida veio por parte de João Vieira Cansação do Sinimbu, que reprimiu o movimento reunindo as tropas em Maceió e com auxílio de Pernambuco e Bahia, marcharam contra a capital e prendendo os revoltosos. Após as prisões, Agostinho Silva Neves voltou ao posto de origem e fez a transferência da tesouraria para Maceió. TENÓRIO, Douglas Apratto. **Capitalismo e Ferrovias no Brasil**. Maceió, EDUFAL, 1979. p. 75.

<sup>23</sup> COSTA, Craveiro. **Maceió**. Maceió: DAC, 1981.p. 117.

<sup>24</sup> KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil**. Belo Horizonte.1980. p.60.

<sup>25</sup> CARVALHO, *Ibidem*.p.189.

<sup>26</sup> CARVALHO, *op. cit.* p.187.

<sup>27</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto. **Capitalismo e Ferrovias no Brasil**. Maceió, EDUFAL, 1979. p.106.

novo cotidiano, onde as linhas férreas ofereciam um itinerário que cruzava as regiões de Bebedouro,<sup>28</sup> Jaraguá,<sup>29</sup> e Fernão Velo.

É neste período que surgem veículos puxados por uma pequena locomotiva que seguiam pela Rua Sá e Albuquerque em Jaraguá, passando pelo denominado Riacho Maceió no centro da Cidade e em frente ao cemitério de piedade, terminava seu trajeto<sup>30</sup>. Com isso, a cidade também se consolidou como sítio urbano,<sup>31</sup> integrando ao seu território e as regiões de Bebedouro,<sup>32</sup> Trapiche da Barra,<sup>33</sup> Mangabeiras (área adjacente) e Poço<sup>34</sup>.

Em contraste a todo esse desenvolvimento social e urbano, o estado sanitário da cidade de Maceió, principalmente na região portuária, do Bairro de Jaraguá era precário. Esta localidade preocupava as autoridades médicas sanitárias, pois seriam responsáveis pela formação dos denominados miasmas, odores produzidos pelos pântanos, rios, córregos e riachos encontrados na região. Na concepção médica higienista, esse cenário era prejudicial à saúde e principal causador das epidemias neste contexto. Como destaca Maya Pedrosa:

Os médicos consideravam o litoral uma região doentia e lá estava Jaraguá, com suas febres palustres, exterminantes e biliares, erisipelas, defluxos, coqueluches, e ainda tuberculose e varíola e beribéri. Tudo seria consequência dos pântanos que marcavam a paisagem, tanto os naturais como os formados pelo esgotamento das águas fluviais e esgotos, das casas sem fossa que lançavam fezes e urina nas sarjetas a céu aberto<sup>35</sup>.

Em Jaraguá, faltava também um sistema de esgoto adequado, sendo grande parte desse ofício atribuído aos escravos chamados “tigres” que eram responsáveis por carregar os dejetos da população para as áreas de córrego<sup>36</sup> e conduziam enormes barris

<sup>28</sup> Povoação parte da Freguesia de Maceió e parte na de Jaraguá servia de limite entre ambas. ESPÍNDOLA, Thomas do Bom-Fim. **Geografia Alagoana ou descrição física, política e histórica da Província das Alagoas**. 2 ed. Maceió: Edições Catavento, 2001. 1871. p.198.

<sup>29</sup> A Povoação, de Jaraguá bem na praia, defronte do Ancoradouro, ali se acha colocada a Alfandega, o Armazém de deposito de Madeiras do Estado para a Marinha Nacional; vários trapiches, e um Estaleiro. MOURA, Antônio Joaquim de. **Opúsculo da descrição Geográfica e topográfica, física, política e histórica à Província das Alagoas no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. Berthe e Haring, 1844.p.29.

<sup>30</sup> JUNIOR, Félix, Lima. **Maceió de outrora**. Maceió, EDUFAL, 2001.p.28.

<sup>31</sup> FORTES, Cynthia Nunes da Rocha. Maceió nos Itinerários de Pedro Nolasco Maciel. In: ALMEIDA, Luiz Sávio (org.) **Traços e Troças: literatura e mudança social em Alagoas**. Estudos em Homenagem a Pedro Nolasco Maciel. Maceió: EDUFAL, 2011. p. 90.

<sup>32</sup> Povoação parte da Freguesia de Maceió e parte na de Jaraguá servia de limite entre ambas. ESPÍNDOLA, Thomas do Bom-Fim. **Geografia Alagoana ou descrição física, política e histórica da Província das Alagoas**. 2 ed. Maceió: Edições Catavento, 2001. 1871. p.198.

<sup>33</sup> Povoação a uma légua e meia ao sudoeste da capital Maceió agregava no período 50 cabanas; habitadas apenas por pescadores. **Opúsculo da descrição Geográfica e topográfica, física, política e histórica à Província das Alagoas no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. Berthe e Haring, 1844.p.47.

<sup>34</sup> Povoação parte da Freguesia de Maceió e parte na de Jaraguá servia de limite entre ambas. *Ibidem*. p.29.

<sup>35</sup> PEDROSA, Maya Fernandes de. **Histórias do Velho Jaraguá**. Maceió. 1998. p.59.

<sup>36</sup> JUNIOR, Félix, Lima. **A Escravidão em Alagoas**. Maceió: s/ed., 1975.p.95.

de excremento das casas às praias nas cabeças ou nos ombros<sup>37</sup>. Tal material poderia ser também enterrado nos quintais e somente em 1866, a Câmara Municipal de Maceió proibiu tal prática<sup>38</sup>. Devidos a está escassez de saneamento básico, resultado da falta de políticas governamentais para os habitantes dessas regiões, algumas enchentes também eram comuns. Nos dias de chuva intensa, os riachos traziam tonelada de detritos, que ficavam flutuante muitos dias na região.<sup>39</sup> Tais problemas também eram encontrados no centro da cidade, que era composto principalmente pela Rua do Rosário, (Atual Rua do Sol), Largo da Matriz (Atual D. Pedro II) e Boca de Maceió (hoje Barão de Anadia), pois como já citamos, a aglomeração urbana que se formava nesta região importante, dividia espaço com os pântanos e riachos alagados.

É justamente neste contexto que surge a preocupação com a cura da cidade, pois a Maceió moderna e civilizada, não poderia segundo o pensamento higienista, conviver com a desordem urbana. Para sanar tais problemas, algumas mudanças e um conjunto de maus hábitos considerados insalubres também deveriam ser modificados. Para cumprir tais objetivos, foram lançadas as chamadas Posturas Municipais, um conjunto de leis e deliberações que buscaram disciplinar alguns hábitos comuns aos brasileiros converte-os a uma nova ordem urbana<sup>40</sup>.

Além disso, essa jurisdição deveria punir os sujeitos considerados “classes perigosas”, termo que foi retirado da literatura europeia da época, em especial dos autores franceses. No Brasil, a expressão teve seu sentido bastante alargado e “classes perigosas” passou a ser sinônimo de “classes pobres” para os legisladores do Império. Portanto, em nossas próximas páginas, analisaremos como no discurso médico, os pobres apresentavam “maior tendência à ociosidade”, eram “cheios de vícios, menos moralizados” e podiam, muito facilmente se entregar ao mundo do crime.

### **As Posturas Municipais de Maceió**

Através da Lei Imperial de 28 de outubro de 1828, buscava-se no Brasil um tipo de sociedade dita civilizada que se espelhava principalmente no modelo francês, onde era preciso vigiar os costumes de uma sociedade até então considerada “degenerada”.

---

<sup>37</sup> FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. São Paulo: Global. 2006. p.369.

<sup>38</sup> SANTANA, Moacir, Medeiros. **“Uma Associação Centenária”**. Maceió, Arquivo Público de Alagoas, 1966.p.13.

<sup>39</sup> *Idem*.p.39.

<sup>40</sup> COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.p.33.

Criada com o propósito de manter a ordem pública, para que a força político-administrativa do município não fosse abalada enquanto instituição, tal instrumento jurídico constituíam-se num mecanismo de controle social<sup>41</sup>. Nisto, permitiam levantar o pressuposto de que as regras neles impostas eram resultantes de práticas que vinham sendo executadas pelos munícipes de forma aleatória, implicando em desordem.<sup>42</sup> Sendo assim, podem ser caracterizados como um instrumento adestrador, que levava os indivíduos a adquirirem os costumes determinantes de uma sociedade detentora de hábitos de civilidade<sup>43</sup>.

Na cidade de Maceió, tais deliberações cumpriam as determinações disciplinadoras como o alinhamento das ruas e avenidas, a proibição do tráfego de animais soltos e de alguns indivíduos considerados perigosos, a regularidade dos edifícios, como também; eliminar os enterros dentro das igrejas. Nas posturas analisadas nesta pesquisa, que tem o recorte temporal de 1835 a 1870 e que possuem ao todo 132 artigos, foram encontradas imposições referentes ao espaço público, como também, a proposta de mudança nos costumes da população, tratando-se aqui especificamente das deliberações da Câmara Municipal de Maceió.

O primeiro artigo da Postura Municipal referia-se à proibição dos sepultamentos dentro das igrejas ou sacristias, sendo priorizados também cemitérios fora da cidade<sup>44</sup>. Esse foi o principal costume modificado com a introdução dessas normas no Brasil no período do XIX, pois modificou as atitudes dos homens diante da morte, tornando uma passagem cruel, marcando assim uma dicotomia entre vivos e mortos<sup>45</sup>. Antes de vigorar tais mudanças, os corpos eram enterrados dentro das igrejas, pois se acreditava que os mortos ficariam perto dos santos; recebendo também a oração dos vivos. Assim, ter uma cova dentro da igreja era uma forma dos mortos manterem contato mais amigável com os vivos, lembrando-lhes que rezassem pelas almas dos que se foram, mas somente uma classe burguesa e com dotes tinha o direito de cumprir tal ritual<sup>46</sup>.

Esse tipo de prática social foi a maior preocupação dos médicos higienistas brasileiros, pois segundo as teses miasmáticas da época, a decomposição dos cadáveres

---

<sup>41</sup>CARVALHO, Heitor Ferreira de. **As Posturas e o Espaço Urbano Comercial: ocupação e Transgressão na São Luís Oitocentista**. Caderno Pós Ciências Sociais. v.1 n.1 mar/jul, São Luís/MA, 2004.p.8.

<sup>42</sup> *Ibidem*.p.8.

<sup>43</sup> CARVALHO, *op. cit.*p.10.

<sup>44</sup> Compilação das leis províncias das Alagoas por Olímpio Eusébio de Arroxelas Galvão e Tibúrcio Valeriano de Araújo 1835 a 1870, p.147. Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

<sup>45</sup> ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. p.48.

<sup>46</sup> REIS, João José. **O cotidiano da morte no Brasil oitocentista**. In: **História da Vida Privada no Brasil** (volume 2) - Império: a Corte e a Modernidade Nacional.p.124.

era um dos responsáveis pelas emanções prejudiciais as comunidades por isso, era necessária a transferência dos mortos para fora do perímetro urbano. Uma crença de que os cheiros que exalavam dos corpos em decomposição, eram responsáveis pelo aparecimento das doenças epidêmicas nas cidades<sup>47</sup>.

Para seguir tais normas de higiene, como explica João Jose Reis, “os novos cemitérios deveriam seguir também normas técnicas, como possuir um número duas vezes maior de catacumbas do que a quantidade de habitantes das cidades e 7 palmos de fundo”<sup>48</sup>. No entanto, apesar da resolução imperial determinar uma mudança na prática funerária no Brasil neste contexto, em Maceió, houve um atraso na construção de um cemitério público e falta de orçamento necessário para o término da obra<sup>49</sup>. Além disso, havia uma grande dificuldade de se edificar qualquer tipo de projeto urbanístico dessa natureza, devido à característica de solo gelatinoso presente neste espaço social.<sup>50</sup> Um terreno que concentrava grande quantidade de ar calórico, que deixava evaporar a humidade, não dando assim, condições necessárias para se realizar a putrefação adequada dos cadáveres<sup>51</sup>.

Contudo, mesmo com os problemas relacionados ao espaço físico e ao orçamento, em resposta a resolução, o governo provincial de Alagoas autorizou a construção do Cemitério de Nossa Senhora da Piedade que segundo Felix Lima Junior, “cumpriu o artigo 8º da Lei nº 130, de 6 de julho de 1850, no Governo do presidente José Bento da Cunha Figueiredo”<sup>52</sup>. Na sua inauguração possuía mais precisamente 477 catacumbas, sendo 252 do município e 225, distribuídos entre as seguintes confrarias: Sacramento, Nossa Senhora do Livramento, São Benedito, Rosário Bom Jesus do Martírios<sup>53</sup> onde tal divisão levava em consideração preceitos religiosos.

---

<sup>47</sup> RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.p.60.

<sup>48</sup> Ibidem.p.143.

<sup>49</sup> Fala apresentada a Província de Alagoas pelo presidente Eloy Barros Pimentel em 1866.p.8.

<sup>50</sup> FILHO, Carvalho, Pedro Bernardo de. **Projeto Cemitério Nossa Senhora Piedade**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Maceió, ed. v, 1. N.1. dez.1872. p.119.

<sup>51</sup> Ibidem.p.120.

<sup>52</sup> JUNIOR, Félix, Lima. **Cemitérios de Maceió**. Maceió:[s/ed], 1978, p.61.

<sup>53</sup> Ibidem.p.61.

### Imagem 1. Cemitério Nossa Senhora de Piedade



Fonte: Arquivo Público de Alagoas

Nesta iconografia de Luiz Lavenère,<sup>54</sup> temos a noção de distância presente em todos os seus catálogos. Essa escala de tons denomina-se gradação e seus acessórios eram as objetivas (como a teleobjetiva, utilizada para a captura de imagens de objetos em maior distância, além de filtros (como por exemplo os filtros polarizadores, que podem filtrar e, portanto, reduzir a grande reflexibilidade de objetos feitos de vidro e metal) e filmes das mais variadas características como, por exemplo, o grau de fotos sensibilidade, os filmes em cores e em preto e branco.

Na imagem também encontramos uma variação das sombras e meios-tons até as altas-luzes (*highlights*), partes intensamente brancas do objeto fotografado. Sabe-se que o fotógrafo foi o representante da Sociedade Recreio Científico na cerimônia fúnebre pelo Instituto Arqueológico Alagoano o que nos dá indícios de sua grande participação nesse espaço.

No ponto A e C da iconografia, levando em consideração que a visão estilística considera as imagens como “sintomas”<sup>55</sup> a fachada do cemitério traz informações diversas, indo da pintura e literatura de influência romântica. Temos a influência

<sup>54</sup> Filho de Estanislau Wanderley e Amélie Lavenère Wanderley, Luís Wanderley Lavenère nasceu em Maceió (AL) em 17 de fevereiro 1868, morreu na mesma cidade em 29 de outubro 1966. Lavenère foi Deputado estadual, vereador, jornalista, professor, musicólogo, fotógrafo. Estudou o ensino primário no Colégio São José e o curso de humanidades no Colégio Bom Jesus e no Liceu de Maceió. LAVENÈRE, Luis. **O padre Cornélio**: cenas da vida alagoana. Maceió: Jaraguá - Livraria Machado, 1921.

<sup>55</sup> GINZBURG, Carlo. “**Sinais: raízes de um paradigma indiciário**” IN Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.p.150.

arquitetônica de origem europeia ou ainda para apresenta costumes tipicamente franceses, a influência de tais fatos sobre as sepulturas.<sup>56</sup>

O ponto B revela o contexto social do local escolhido para sua construção. O pontal da Barra<sup>57</sup> uma povoação a uma légua e meia ao sudoeste da capital Maceió agregava no período 50 cabanas; habitadas apenas por pescadores. Na época, uma região deserta coberto de vegetação como cajueiros, pitangueiras, catolés e cactos<sup>58</sup> que procurava seguir as determinações higiênicas, onde os cemitérios deveriam ser construídos em lugares elevados e arejados cercados de árvores frondosas que ajudariam a limpar o ar, longe das fontes de água potável e fora da rota que soprasse para os arredores da cidade<sup>59</sup>.

Já as normas encontradas nas posturas municipais, aplicadas ao espaço público, buscaram estabelecer por meio do seu título 3º o “*esgotamento de pântanos e águas infectas e tapamento dos terrenos abertos*”<sup>60</sup> obrigando aqueles cidadãos que tivessem terreno pantanoso dentro das ruas aonde se estagnassem águas, a aterra-lo dentro do prazo determinado por ordem fiscal <sup>61</sup>. Com o mesmo artigo, mandava-se da mesma forma, tapar os terrenos no perímetro da cidade, no prazo de um ano, sendo proibido despejar objetos nesses locais<sup>62</sup>. Uma preocupação higiênica que tentava modificar a paisagem natural de Maceió e sua formação geográfica ligada ao engenho Massayo, primeiro núcleo de povoamento da cidade no século XVIII, que contou com o riacho formador do engenho, e o pântano adjacente; área mais tarde conhecida por Boca de Maceió<sup>63</sup>.

Tal espaço possuía uma característica alagadiça, de terreno pantanoso, problemático, que mais tarde ocasionou a necessidade de vários projetos de urbanização, sempre uma tentativa de cobrir tal terreno, ou seja, tentar suprir os problemas que a proximidade com o rio, córrego, ou riacho ocasiona para a população impor uma ordem médica sobre o alagadiço.

---

<sup>56</sup> MOTTA, Antonio. **À flor da pedra**: formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. Recife: Massangana, 2009.

<sup>57</sup> Povoação a uma légua e meia ao sudoeste da capital Maceió agregava no período 50 cabanas; habitadas apenas por pescadores. ESPÍNDOLA, Thomas do Bom-Fim. **Geografia Alagoana ou descrição física, política e histórica da Província das Alagoas**. 2 ed. Maceió: Edições Catavento, 1871.p.201.

<sup>58</sup> JUNIOR, *op. cit.*p.61.

<sup>59</sup> REIS, João José. **O Cotidiano da morte no Brasil oitocentista**. In: **História da Vida Privada no Brasil** (volume 2) - Império: a Corte e a Modernidade Nacional.pp.124-135.

<sup>60</sup> CLPA. p.150. Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

<sup>61</sup> CLPA. p.150. Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

<sup>62</sup> CLPA. p.150. Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

<sup>63</sup> COSTA, Craveiro. **Maceió**. Maceió: DAC, 1981. pp. 29-33.

Uma cidade restinga, pois se originou a partir de uma faixa arenosa, construída a partir de um terreno de erosão marinha, aberta para o mar, que se estendia continuado até cruzar a boca de um rio <sup>64</sup>. Neste sentido, os pântanos encontrados nesse tipo de terreno deveriam passar por um rigoroso processo de “secagem” evitando a proliferação dos aflúidos prejudiciais à saúde.

Analisando essas mudanças relacionadas ao espaço da cidade, especialmente direcionadas à região conhecida como Boca de Maceió (na região central), compreendemos que através das posturas municipais, o saber médico procurava transformar o meio físico natural através do desenvolvimento da técnica, onde o urbano pudesse se desenvolver dominando os meios naturais. Nisto, o espaço se tornava cada vez mais artificial, fabricado com restos da natureza primitiva, crescentemente encobertos pelas obras do homem<sup>65</sup>.

Aplicando as leis e deliberações das Posturas Municipais da Câmara de Maceió, procurava-se alertar também para o perigo das moléstias contagiosas. Através do título 5º no parágrafo 1º, por exemplo, exigia-se que *“as pessoas que delas tiverem sido infectadas deveriam recolher-se em lugares para isso designados pela câmara ou por ela permitidos”*<sup>66</sup>, norma ligada a concepção médica do contagionismo.

### **O discurso das “classes perigosas” no cotidiano de Maceió**

O conceito de “classes perigosas” surgiu na Inglaterra no período da Revolução Industrial e representou as classes que viviam à margem da sociedade.<sup>67</sup> Estas classes eram formadas pela superpopulação relativa que, neste período, atingia proporções extremas.<sup>68</sup> Assim, as primeiras aparições do termo “classes perigosas” no mundo estiveram vinculadas a uma série de fatores, dentre eles, podemos citar: a expropriação dos meios necessários para a sobrevivência dos camponeses; a formação do mercado de trabalho nas zonas urbanas industriais; a constituição de uma legislação criminal (onde os principais crimes eram crimes contra a ordem, a moral e a propriedade) e a formulação burguesa da ideologia do trabalho .

<sup>64</sup> LIMA, Ivan Fernandes. **Maceió a cidade restinga**: contribuição ao estudo geomorfológico do litoral alagoano. Maceió: EDUFAL, 1990.p.27.

<sup>65</sup>SANTOS, Milton (2012). **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: EDUSP, p.46.

<sup>66</sup> Ibidem.p.153.

<sup>67</sup> GUIMARÃES, A. **As classes perigosas**: banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.p.21.

<sup>68</sup> Idem.p.21.

Ressalta-se, que tais manifestações se deram na Inglaterra e na França, devendo ser pensadas a partir dos impactos provenientes da Revolução Industrial, da Revolução Francesa e da Revolução de 1848, pois estas revoluções demarcaram o processo de expansão do desenvolvimento do capitalismo e da consolidação da burguesia, bem como do surgimento do proletariado e do seu status de “classes perigosas”.

Gramaticalmente falando, o termo supracitado, apareceu primeiramente na obra da escritora inglesa Mary Carpenter que fez uso dessa designação em suas abordagens acerca da criminalidade no ano de 1840, antes mesmo de seu registro no Oxford English Dictionary, em 1859<sup>69</sup>. Assim, para a autora:

[...] as classes perigosas eram formadas pelas pessoas que houvessem passado pela prisão ou as que, por ela não tendo passado, já vivessem notoriamente da pilhagem e que se tivessem convencido de que poderiam, para o seu sustento e o de sua família, ganhar mais praticando furtos do que trabalhando. Em 1958, Louis Chevalier também escrevera um livro sobre as classes perigosas da França intitulado *Classes labourieuses et classe dangereuse à Paris*.

No conjunto de regras de civilidade praticado nas Posturas Municipais, encontramos sinais deste tipo de criminalização, pois a partir de seu artigo encontrado no título VII, proibia-se a circulação de mendigos, e escravos ganhadores no cotidiano da cidade. Como podemos observar:

- 1º. Fica proibido tirar esmolas no Município de Maceió, para qualquer fim, estando os praticantes sujeito a multa e prisão. Os contraventores sofrerão a multa de dez a trinta mil reis, ou oito dias de cadeia.
- 2º. Todo escravo de qualquer sexo, que for encontrado nas ruas, praças caminhos ou lugares públicos, oferecendo a moral por signos, palavras, ou outro qualquer modo, sofrera a pena de dois dias de prisão e cinco mil reis de multa.
- 3º. Todo escravo que for entrado depois do toque de recolher sem escrito do seu senhor, datado do mesmo dia, no qual declare a fim que vá, será recolhido a prisão, e multado o senhor em três mil reis, e caso recuse a pagar, sofrerá cinquenta açoites, o escravo.<sup>70</sup>

Neste contexto, na concepção higienista, tais grupos representavam ameaças não só a saúde, mas a moral da sociedade portanto, o objetivo era excluí-los do convívio com os outros cidadãos. Assim, eram considerados “classes perigosas”, termo utilizado para designar aqueles que não possuiriam “nem a inteligência do dever, nem o sentimento da moralidade dos atos, e cujo espírito não era suscetível de ser esclarecido ou mesmo consolado por qualquer ideia de ordem religiosa”<sup>71</sup>. Desta forma, essa “degradação

<sup>69</sup> Ibidem.p.22.

<sup>70</sup> CLPA. p.160. Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

<sup>71</sup> PEREIRA, Mário Eduardo Costa. **Morel e a questão da degenerescência**. Rev. Latinoam psicopatol. 2008 vol.11, n.3, pp.490-496.

moral” que era associada à pobreza era vista como uma epidemia cujo contágio era considerado inevitável, pois estava presente nas famílias pobres e coloca sob ameaça toda a sociedade.<sup>72</sup>

Além dessa concepção sobre os mendigos, tal julgamento também servia para os escravos ganhadores, ou de ganho, que eram aqueles que após fazerem alguns serviços na casa de seus senhores, iam para as ruas, em busca de trabalho.<sup>73</sup> Eles alugavam seu tempo a um e a outro e deviam no final de determinado período, entregar aos seus senhores uma soma previamente estabelecida.<sup>74</sup> No Brasil deste período, o poder público procurou controlar, constranger e disciplinar e no limite, expulsar das cidades os ganhadores.<sup>75</sup> Isso fazia parte de um projeto político maior, que contemplava diversas leis, e buscava controlar tais indivíduos no espaço público.<sup>76</sup>

**Imagem 2. Vendedoras de pão-de-ló. Aquarela sobre papel; 16,3 x 20,8 cm. Rio de Janeiro, 1826, Museu Castro Maya, Rio de Janeiro, Jean-Baptiste Debret.**



**Fonte: BANDEIRA, Julio; LAGO, Pedro Corrêa. Debret e o Brasil: obra completa, 1816-1831. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2009.**

Nos pontos C e A temos uma cena típica representada por Debret centra-se no registro de imagens comuns a “urbanidade” do Rio de Janeiro do século XIX, das chamadas negras de ganho. As construções quase que invisíveis no ponto B e a iconografia intitulada “*Vendedoras de pão-de-ló*” nos traz uma paisagem única composta por casarões e pelo relevo que envolve a cidade.<sup>77</sup> Em destaque no primeiro plano da

<sup>72</sup> COIMBRA, C. M. B. **Operação Rio**: o mito das classes perigosas. Niterói: Intertexto, Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.p.81.

<sup>73</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. **O Feitor Ausente**: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. 1808 - 1821. Petrópolis, Ed. Vozes, 1988. p. 49.

<sup>74</sup> Idem.p.49.

<sup>75</sup> Reis, José, João. **Ganhadores**: A greve negra de 1857 na Bahia. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p.16.

<sup>76</sup> Idem.p.17.

<sup>77</sup> CÁSSIA. Araújo. Pelegrini; PIMENTEL, Mariane, Tutui. **Nas aquarelas de Debret**: técnicas e linguagens. Maringá, 2013.p.8.

pintura, ponto D, observamos uma escrava bem trajada com vestidos, lenços e acessórios segurando uma bandeja com pão-de-ló; ao seu lado, mais dois escravos apreciando os quitutes, vestidos com trajes semelhantes aos usados pelos serviçais europeus.<sup>78</sup>

Na Maceió do período, tais escravos praticavam formas de trabalhos diferentes dos padrões da “civilização do açúcar”, ele estava inserido: “ora nos trabalhos domésticos, ora como pedreiro a construir casas, ora como ferreiro a forjar machados e foices, ora como sapateiro a fazer sandálias”.<sup>79</sup> Para os escravos: “se o senhor é comerciante, ele é carregado dos serviços pesados - transportar os fardos as costas, conduzir as carroças, varrer as lojas, limpar os balcões”.<sup>80</sup>

Nas Posturas Municipais da Câmara de Maceió, proibia-se também lavar roupas dos hospitais ou de qualquer enfermo de moléstias contagiosas, nas cacimbas de serventia pública desta cidade, os contraventores sofreram a pena de cinco mil reis ou cinco dias de prisão.<sup>81</sup>

Mais do que isso, proibir a lavagem de roupas dos hospitais ou de qualquer enfermo de moléstias contagiosas neste espaço social, não se configurou apenas como uma medida higiênica, mas tratava-se de uma mudança no cotidiano para as mulheres nesse contexto.<sup>82</sup> Destaca-se, que lavar roupas nas cacimbas ou riachos, fazia parte de um serviço essencial de sobrevivência, além de ser uma forma de sociabilidade, pois as lavadeiras tomavam conta das roupas das famílias abastadas, muitas vezes acumulando funções de costura e limpeza.<sup>83</sup>

Era um trabalho pesado, que ocupava muitas trabalhadoras em muitos dias da semana. No começo do século XIX, por exemplo, Debret notava que uma família rica tem sempre negras lavadeiras e uma mucama encarregada especialmente de passar as peças finas, o que a ocupa pelo menos dois dias por semana, pois uma senhora só usa roupa passada de fresco e renova mesmo sua vestimenta para sair uma segunda vez de manhã.<sup>84</sup> Assim, lavar roupas era um negócio no século XIX; uma profissão que concentrava principalmente mulheres pobres, que trabalhavam em conjunto. As

---

<sup>78</sup>Idem.p.9.

<sup>79</sup> BRANDÃO, Alfredo. **Os Negros na história de Alagoas**. Maceió: s/ed., 1988, p.40.

<sup>80</sup> idem.p.41.

<sup>81</sup> Compilação das leis províncias das Alagoas por Olímpio Eusébio de Arroxelas Galvão e Tibúrcio Valeriano de Araújo 1835 a 1870, *Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*.p.162.

<sup>82</sup> MONTELEONE, Joana de Moraes. **Costureiras, Mucamas, Lavadeiras e Vendedoras: O Trabalho Feminino no Século XIX e o Cuidado com as Roupas** (Rio de Janeiro, 1850-1920). *Rev. Estud. Fem. Florianópolis*, v. 27, n. 1, 2019.p.8.

<sup>83</sup> DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Tomo I, vol. I e II, São Paulo: Martins Editora, 1940.p. 274.

<sup>84</sup> *Idem*.p.274.

lavadeiras faziam parte da paisagem das cidades, causando brigas e confusões ao redor de bicas, chafarizes e rios.<sup>85</sup>

Ressalta-se, que a historiadora francesa Michelle Perrot recupera o tempo das lavadeiras na França, quando estas se reuniam, não apenas para lavar roupas, mas também para conversar, trocar receitas de remédios, informa-se sobre a vida na cidade e as agruras do cotidiano. É que o lavadouro é, para elas, muito mais que um lugar funcional onde se lava a roupa, tratando-se de um centro de encontro, onde se trocam as novidades do bairro, os bons endereços, receitas, remédios e informações de todos os tipos.<sup>86</sup>

Desta forma, entendemos que através dessa crença médica, praticou-se um tipo de vigilância generalizada, que dividia e esquadrihava o espaço urbano, realizada por vigias de rua ou de bairro, que deviam fazer todos os dias um relatório preciso ao prefeito da cidade para informar tudo que tinham observado. Uma tentativa de transformar o que era na concepção higienista atrasado em moderno.

### **Considerações finais**

A partir das análises propostas nesta pesquisa, com as fontes historiográficas e o caminho metodológico adotado, podemos chegar a algumas possíveis conclusões sobre a temática aqui discutida.

Primeiramente, percebemos que em Maceió o pensamento médico higienista aplicou suas ações, operando sobre o espaço público alterando os costumes dos indivíduos sendo seu intuito, sanar um conjunto de práticas consideradas por estes homens de *sciencia*, “atrasadas” e selvagens.

Assim, com as análises feitas a partir das Posturas Municipais da Câmara de Maceió, entendemos que o conjunto de normas encontrados neste dispositivo tentou por diversas formas um adestramento social, tipo de norma que mudaria os hábitos de um grupo de indivíduos, em um determinado espaço social, projeto que teve origem na modernização proposta pelo Império Brasileiro.

Portanto, proibir os enterramentos dentro das igrejas, aterrar os pântanos e riachos, alinhar as ruas, prezar pela pureza do ar, coibir os costumes considerados matutos, e eliminar os escravos ganhadores, loucos e mendigos do cotidiano da cidade; faziam parte de um conjunto de normas que buscavam colocar Maceió, no grupo de regiões

---

<sup>85</sup> *Idem*.p.9.

<sup>86</sup> PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.p.203.

consideradas civilizadas, ao modelo do que pregavam os médicos influenciados pelo pensamento racionalista francês.

Neste sentido, por meio de diferentes normas e regulamentos, tais instrumentos de controle buscavam adequar a capital da província de Alagoas as normas higiênicas previstas pelo Império Brasileiro. Tais leis deveriam ser seguidas pelas outras cidades como as demais povoações e vilas, algo que sanaria na concepção médica higienista, os problemas relacionados às doenças epidêmicas nestas localidades. Portanto, tal modelo de saber, teve um papel importante na aplicação destes dispositivos assim como, na busca pelas origens das doenças no Brasil Oitocentista.

### **Referências bibliográficas**

ALGRANTI, Leila Mezan. **O Feitor Ausente**: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. 1808 - 1821. Petrópolis, Ed. Vozes, 1988.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990.

BRANDÃO, Alfredo. **Os Negros na história de Alagoas**. Maceió: s/ed., 1988.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação Histórica de Alagoas**. Maceió, EDUFAL, 2016.

CARVALHO, Heitor Ferreira de. **As Posturas e o Espaço Urbano Comercial**: ocupação e Transgressão na São Luís Oitocentista. Caderno Pós Ciências Sociais. v.1 n.1 mar/jul, São Luís/MA, 2004.

CÁSSIA. Araújo. Pelegrini; PIMENTEL, Mariane, Tutui. **Nas aquarelas de Debret**: técnicas e linguagens. Maringá, 2013.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo, Cia da Letras, 1996.

COIMBRA, C. M. B. **Operação Rio**: o mito das classes perigosas. Niterói: Intertexto, Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.

COSTA, Craveiro. **História das Alagoas** (resumo didático). 2 ed. Maceió: SERGASA, 1983.

\_\_\_\_\_ **Maceió**. Maceió: DAC, 1981.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Tomo I, vol. I e II, São Paulo: Martins Editora, 1940.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. Prefácio de Stéphane Huchet; tradução de Paulo Neves. São Paulo: 34, 1998.

FARIA, Regina Helena Martins de. COELHO, Elizabeth Maria Beserra. **Saberes e fazeres em construção**: Maranhão séc. XIX-XXI. São Luís: EDUFMA, 2011.

FILHO, Carvalho, Pedro Bernardo de. **Projeto Cemitério Nossa Senhora Piedade**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Maceió, ed. v, 1. N.1. dez.1872.

FORTES, Cynthia Nunes da Rocha. Maceió nos Itinerários de Pedro Nolasco Maciel. In: ALMEIDA, Luiz Sávio (org.) **Traços e Troços**: literatura e mudança social em Alagoas. Estudos em Homenagem a Pedro Nolasco Maciel. Maceió: EDUFAL, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. São Paulo: Global. 2006.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GUIMARÃES, A. **As classes perigosas**: banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2008.

JUNIOR, Félix, Lima. **A Escravidão em Alagoas**. Maceió: s/ed., 1975.

\_\_\_\_\_ **Cemitérios de Maceió**. Maceió:[s/ed], 1978.

\_\_\_\_\_ **Maceió de outrora**. Maceió, EDUFAL, 2001.

KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil**. Belo Horizonte: Ed Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980.

LAVENÉRE, Luis. **O padre Cornélio**: cenas da vida alagoana. Maceió: Jaraguá - Livraria Machado, 1921.

LEVEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Trad. Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

LIMA, Ivan Fernandes. **Maceió a cidade restinga**: contribuição ao estudo geomorfológico do litoral alagoano. Maceió: EDUFAL, 1990.

LINDOSO, Dirceu. **A Interpretação da Província: Estudo da Cultura Alagoana.** Maceió: EDUFAL, 2005.

MARQUES, D. L. **Escravidão, Quotidiano e Gênero na Emergente Capital Alagoana (1849-1888).** Sankofa (São Paulo 2013).

MONTELEONE, Joana de Moraes. **Costureiras, Mucamas, Lavadeiras e Vendedoras: O Trabalho Feminino no Século XIX e o Cuidado com as Roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920).** Rev. Estud. Fem. Florianópolis, v. 27, n. 1, 2019.

MOURA, Antônio Joaquim de. **Opúsculo da descrição Geográfica e topográfica, física, política e histórica à Província das Alagoas no Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Typ. Berthe e Haring, 1844.

MOTTA, Antonio. **À flor da pedra: formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros.** Recife: Massangana, 2009.

PEDROSA, Maya Fernandes de. **Histórias do Velho Jaraguá.** Maceió. 1998.

PEREIRA, Mário Eduardo Costa. **Morel e a questão da degenerescência.** Rev. Latinoam psicopatol. 2008 vol.11, n.3, pp.490-496.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas.** São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

REIS, João José. **O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: História da Vida Privada no Brasil (volume 2) - Império: a Corte e a Modernidade Nacional.**

\_\_\_\_\_. **Ganhadores: A greve negra de 1857 na Bahia.** 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração,** 1997.

SANTANA, Moacir, Medeiros. **“Uma Associação Centenária”.** Maceió, Arquivo Público de Alagoas, 1966.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **Capitalismo e Ferrovias no Brasil.** Maceió, EDUFAL, 1979.